

15 Ajuste fiscal é prioridade

O deputado Roberto Campos lembra três problemas constitucionais — os da ordem econômica e social, os da ordem política e partidária e os da ordem judiciária — que Fernando Henrique precisa reformular.

“Acho que a ordem econômica e social têm que ser objeto de uma proposta global e conjunta do governo”, lembra.

“Em primeiro lugar porque isso dará uma clara sinalização à sociedade nacional e aos investidores estrangeiros sobre a visão conjuntural e estrutural do governo e, em segundo, porque só se pode aprovar a reforma fiscal se soubermos qual é o tamanho do governo a financiar”, diz.

O economista Carlos Ivan Simonsen, diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ressalta como muito positivo o fato de o governo ter colocado na pauta de discussões nacionais a questão da necessidade do ajuste fiscal, embora

admitindo que o processo da sua negociação será lento.

Proposta — Uma prova de que a proposta de privatização do setor público recebe cada vez menos resistência da sociedade é o fato de representantes dos movimentos sociais passarem a defendê-la como uma saída para viabilizar seus projetos.

No documento do Grupo Arbi, o antropólogo Rubens Cesar Fernandes, coordenador do Viva Rio, movimento de defesa da recuperação do Estado do Rio, acha que a União deve vender todos os seus próprios projetos sem uso e reverter os recursos arrecadados para aplicação em programas sociais.

O ex-ministro Marcílio Marques Moreira também acredita que o processo de privatização é irreversível.

“A privatização vai se ampliar mesmo que não haja fervor ideológico privatizante. A dura realidade vai levar a isto. Todos os projetos novos dependem da privatização”.



Marcílio: não se pode comparar as economias do México e da Argentina com relação à situação brasileira